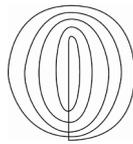


EXISTÊNCIA

EDIÇÃO DE 2015 DO

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2015 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Existência
Copyright © 2015 do autor
João Branquinho

Todos os direitos reservados

Resumo

Neste ensaio, discutem-se cinco questões acerca da existência: 1. É a existência representável em termos de quantificação? 2. É a existência um predicado “real”, de primeira ordem? 3. É existir o mesmo que ser? 4. Existe tudo? 5. Qual é a forma lógica de afirmações de existência? São introduzidas e examinadas algumas das mais salientes posições acerca destas questões, em especial a concepção Frege-Russell da existência e diversas concepções recentes neo-Meinongianas. Defendemos as seguintes três teses acerca daquilo que deve ser um bom predicado de existência: (a) um predicado puramente lógico e parcialmente definível em termos do quantificador existencial; (b) invariavelmente um predicado de primeira ordem (dadas certas suposições de partida acerca do universo do discurso); (c) um predicado universal, verdadeiro de tudo e falso de nada.

Palavras-chave

Existência, ser, quantificação, objecto, frases existenciais.

Abstract

This paper discusses five problems about existence: 1. Can existence be represented in terms of quantification? 2. Is existence a “real”, first-order predicate? 3. Is existing the same as being? 4. Does everything exist? 5. What is the logical form of existence claims? Some of the most salient views on these questions are introduced and examined, especially the Frege-Russell view and several recent neo-Meinongian positions. The following three these are defended about what a good existence predicate should be: (a) a purely logical predicate, partially definable in terms of existential quantification; (b) invariably a first-order predicate (given some starting assumptions about the universe of discourse); (c) a universal predicate, true of everything and false of nothing.

Keywords

Existence, being, quantification, object, existential sentences.

Existência¹

Introdução

Uma maneira útil de introduzir o tópico da existência, e as diversas concepções da existência que atravessam a discussão filosófica na actualidade, é através de um estudo da forma lógica e da semântica de predicacões de existência e inexistência. Todavia, se tal procedimento é aceitável do ponto de vista da ordem da exposição, já do ponto de vista da ordem da explicação suscita as maiores dúvidas. De facto, como teremos a oportunidade de verificar ao longo deste ensaio, a semântica e a lógica da existência pressupõem, em geral, a metafísica da existência.

Eis alguns exemplos representativos de predicacões de existência e inexistência, todas elas *prima facie* verdadeiras:

- (1) Os mamíferos voadores existem.
- (2) Os unicórnios não existem.
- (3) O Rei de Espanha existe.
- (4) O Rei de França não existe.
- (5) Vénus (o planeta) existe.
- (6) Vulcão (o planeta) não existe.

Uma questão bastante controversa é a da natureza do predicado de existência aqui presente, sendo esta questão entendida do seguinte modo. Que género de predicado de existência se deve ter, ao nível da forma lógica (ou da estrutura profunda), que corresponda ao predicado gramatical ‘existe (m)’ da superfície? O problema da forma lógica de frases existenciais, em especial frases existenciais negativas, é um dos problemas da semântica, lógica e metafísica actuais que está longe de ter um tratamento satisfatório.

Acreditamos que a busca de um predicado e de um conceito de

¹ Este artigo incorpora algum material e pontos de vista em Branquinho 2012.

existência apropriados depende de uma série de respostas a um conjunto de questões prévias, muitas das quais de natureza metafísica substantiva. Introduzimos em seguida cinco dessas questões, bem como as posições mais influentes a seu respeito na filosofia analítica mais recente. A par de um exame das vantagens e desvantagens relativas de cada uma das posições, introduzimos cinco teses gerais que queremos defender em resposta a tais questões. Tais teses determinam os contornos da escolha de um predicado de existência que consideramos como adequado. Ter um bom predicado de existência é da máxima importância para a meta-metafísica e meta-ontologia, pois só através dele é possível tentar descrever as disputas ontológicas (pelo menos algumas) como disputas reais, não meramente terminológicas (caso seja esse o nosso *desideratum*).

Antecipando o resultado a obter, o predicado de existência da nossa preferência possui três traços fundamentais:

- É um predicado puramente lógico, definível em termos do quantificador existencial, embora não integralmente representável por ele;
- É invariavelmente um predicado de primeira ordem (dadas certas suposições genéricas de partida acerca do universo do discurso);
- É um predicado universal, verdadeiro de tudo e falso de nada.

Eis os cinco problemas acerca da existência que queremos discutir:

- **Questão 1:** É a existência representável em termos de quantificação, em especial em termos do quantificador existencial objectual da lógica clássica de predicados?
- **Questão 2:** É a existência um predicado “real”, um predicado de coisas?
- **Questão 3:** O que é o ser? É ser o mesmo que existir?
- **Questão 4:** Existe tudo? Ou será que alguns objectos não existem?

- **Questão 5:** Qual é a forma lógica de afirmações de existência e inexistência?

Estes problemas são relativamente independentes uns dos outros. Vamos examiná-los pela ordem indicada.

1 Existência e quantificação

Uma pergunta importante na filosofia da existência consiste em determinar se há alguma relação entre o conceito de existência e o conceito lógico de quantificação objectual, em especial o conceito de quantificação existencial disponível na habitual lógica de predicados (usualmente expresso através do símbolo \exists). Se sim, qual?

Uma resposta a esta pergunta que goza de alguma aceitação na filosofia analítica pós-Quineana – após um longo período de rejeição na filosofia analítica tradicional de Gottlob Frege, Bertrand Russell e Willard Quine – é a resposta negativa dada na seguinte tese.

- **Tese 1:** A existência não é em geral representável pela quantificação, e, em particular, pelo quantificador existencial \exists .

Esta tese admite as seguintes duas versões, sendo a primeira mais forte do que a segunda.

- **Tese 1A:** A existência não é de todo, nem sequer parcialmente, expressa pela quantificação, em especial por \exists : não há, em geral, qualquer conexão explicativa entre os conceitos de existência e quantificação.
- **Tese 1B:** A existência não é expressa pela quantificação, em especial por \exists , mas há em todo o caso uma conexão explicativa entre os dois conceitos: a quantificação desempenha, ainda assim, um papel central numa caracterização do conceito de existência.

Naturalmente, muitos filósofos rejeitam liminarmente a Tese 1 e defendem a chamada concepção **quantificacional** da existência, ou seja, o ponto de vista segundo o qual o conceito de existência é *inteiramente* captado pelo conceito de quantificação existencial clássica. Este ponto de vista foi famosamente formulado por Quine (1980:

12-13) na sequência de ideias de Frege e Russell sobre a existência.² Mais recentemente, o realista metafísico³ van Inwagen (2008) tem sido um dos principais defensores do ponto de vista quantificacional. E o ponto de vista é também defendido pelo nominalista Lewis (1990).

À luz da concepção quantificacional da existência, não há qualquer diferença substantiva, de conteúdo, entre, de um lado, frases como

- (1) Existem mamíferos voadores.
- (2) Não existem unicórnios,

ou aparentes⁴ variantes destas frases como

- (1)' Há mamíferos voadores.
- (2)' Não há unicórnios,

e, do outro lado, frases como (respectivamente)

- (1)'' Algo é um mamífero voador.
- (1)'' Algumas coisas são mamíferos voadores.
- (2)'' Nada é um unicórnio.
- (2)'' Nenhuma coisa é um unicórnio.

No ponto de vista quantificacional, todas as frases *supra*, de (1) a (2)'', são representáveis em termos de uma quantificação existencial ou da sua negação (respectivamente):

- (1)* $\exists x$ (x é um mamífero & x voa)

² Frege 1950: §43, 1952: 36-38, Russell 1988. Voltamos ao ponto de vista Frege-Russell mais adiante.

³ Ver Branquinho 2014.

⁴ Como vamos ver (Secção 4), no Meinongianismo de Russell estas frases não são variantes das primeiras: é feita aí uma distinção entre 'há', que é simbolizado pelo quantificador existencial e exprime o ser ou a subsistência, e 'existe', que é simbolizado por um predicado extra lógico e exprime existência.

- (2)* $\neg \exists x$ (x é um unicórnio)

Assim, naquelas construções, quer os verbos ‘Existir’ e ‘Haver’, quer os determinantes ‘Algo’ e ‘Algumas coisas’, são inteiramente representados em termos do quantificador existencial. Consequentemente, tais determinantes naturais são interpretados como tendo força ontológica ou existencial (assumindo, como é natural, que o quantificador \exists possui tal força).

Por outro lado, a Tese 1, na sua versão forte 1A, é subscrita nas diversas formas de Meinongianismo, que identificamos aqui em geral como o ponto de vista segundo o qual **alguns objectos não existem**.⁵

Note-se que o Meinongianismo é, na realidade, uma vasta família de pontos de vista, admitindo uma grande variedade de versões. Todavia, todas essas versões têm em comum (entre outras coisas) a rejeição de qualquer tipo de conexão explicativa entre os conceitos de existência e quantificação. É esse o caso das posições iniciais de Russell 1903 em *Principles of Mathematics*, das posições de Parsons 1980 em *Non-Existent Objects* e ainda das posições neo-Meinongianas desenvolvidas por Routley 1980 em *Exploring Meinong's Jungle and Beyond* e por Priest 2005 em *Towards Non-Being*, posições neo-Meinongianas essas conhecidas como **Nadismo**.⁶ E é, ainda mais recentemente, o caso da posição de Tim Crane no seu livro *The Objects of Thought*.⁷

As variedades mais recentes de Meinongianismo combinam duas ideias centrais: (a) a ideia de que a existência é um conceito extra lógico e o predicado ‘existe’ um predicado extra lógico (ideia que é, aliás, partilhada com qualquer uma das outras versões de Meinongianismo); (b) a adopção de uma noção de quantificação, a chamada **Quantificação Particular**, na qual quantificar sobre um objecto é algo destituído de força existencial ou ontológica, servindo apenas para exprimir generalidade e não introduzindo o objecto como existente.⁸ De acordo com esta última ideia, a quantificação expressa

⁵ Mais adiante, dizemos mais alguma coisa sobre esta caracterização do Meinongianismo.

⁶ O termo ‘Nadismo’ (*Noneism*) foi cunhado por Lewis (1990).

⁷ Crane 2013. Ver em especial o Capítulo 2.

⁸ Ver Priest 2005: 13-14.

nas línguas naturais por determinantes como ‘Algo’, ‘Algum’, ‘Pelo menos um’, etc., não é susceptível de ser regimentada em termos do quantificador existencial \exists , que é claramente portador de força ontológica; tal quantificação é antes representada por meio de um quantificador alternativo, o Quantificador Particular ALGUM, que é existencialmente neutro.

Mas note-se que a Tese 1, na sua versão forte 1A (anti-quantificacional), não é específica do Meinongianismo. De facto, a rejeição da concepção quantificacional da existência é também adoptada em algumas posições aparentemente não Meinongianas, como parecem ser as avançadas por Fine 2009 no seu ensaio “The Question of Ontology”. Fine aduz aí um conjunto de considerações e argumentos interessantes a favor da Tese 1A.

Consideraremos mais à frente, na secção 5, alguns dos argumentos de Fine contra a concepção quantificacional. Todavia, queremos observar desde já que a ideia Meinongiana de separar liminarmente, do ponto de vista da explicação, os conceitos de quantificação e existência, não parece ser uma boa ideia.

Afinal, parece haver intuitivamente um sentido no qual o quantificador natural ‘Algum’ e determinantes da mesma família são de algum modo portadores de força existencial. Pensamos ser implausível e forçada a interpretação neo-Meinongiana de ‘Algum’ como quantificador meramente particular, privado da função *ontológica* de introduzir pelo menos um objecto num domínio de quantificação; a menos que a função de introduzir um objecto seja vista como podendo ser realizada através da introdução de objectos inexistentes, o que estaria perto de ser uma petição de princípio por parte do proponente da concepção anti-quantificacional Meinongiana.

Um uso assertórico de uma frase como ‘Alguém entrou na galeria de arte e roubou o Van Gogh’, ou ‘Alguns cães selvagens encontraram-se na Austrália’, parece servir, não apenas para exprimir generalidade particular, ou seja, para introduzir em geral no discurso pelo menos um objecto (esta ou aquela pessoa, cães selvagens), mas também para introduzir tais objectos como existentes, pelo menos no sentido mínimo de objectos que queremos incluir na nossa ontologia, no nosso universo de entidades.

Naturalmente, muita coisa depende aqui do significado que se quer atribuir ao termo ‘existente’. Mas não é razoável pensar que,

no idioma natural, este termo já venha equipado com um significado fixo e claro. Pelo contrário, é razoável pensar que o termo é aí semanticamente multifacetado, admitindo uma pluralidade de acepções diferentes, muitas delas imprecisas ou pouco claras. Assim, parece estar sempre em ordem uma certa interpretação, ou regulamentação, do termo. Obviamente, quando defendemos que quantificadores naturais como ‘Algum’ são dotados de força ontológica, que servem para introduzir ontologicamente objectos, para introduzir objectos como existentes, o termo ‘existente’ é aqui intencionado como tendo uma extensão possivelmente inclusiva, no sentido de uma extensão que não está à partida restrita ao segmento daqueles objectos que são localizáveis no espaço-tempo, ou que são concretos, ou que são materiais, ou que são causalmente eficazes, etc.

Na verdade, os filósofos neo-*Meinongianos* têm dito muito pouca coisa sobre o seu predicado de existência. Mas é seguramente um predicado que não admite uma extensão inclusiva no sentido anterior, é um predicado cuja aplicação está usualmente restrita ao segmento de objectos que acabámos de referir: concretos, espaço-temporais, materiais, causalmente eficazes (ou algo do género). A tese de que o quantificador natural ‘Algum’ não é portador de força existencial parece significar, na boca do filósofo neo-*Meinongiano*, que a expressão introduz de facto objectos no discurso, mas esses objectos podem não ser concretos, espaço-temporais, etc.; tais objectos podem ser meros objectos do pensamento, objectos puramente intencionais.

Ora, se assim é, então as seguintes dúvidas poderiam ser erguidas a respeito daquela tese. Por um lado, parece que estamos perante uma maneira de introduzir objectos “de borla”, sem qualquer custo. A existência tem um custo, pois objectos só podem ser introduzidos como existentes se pertencerem àquele segmento de objectos, se tiverem aquele tipo de características. Mas a objectualidade não tem em si mesma qualquer custo, é praticamente livre de restrições, grátis. Por outro lado, e mais importante, um defensor da concepção quantificacional, em especial da tese de que o quantificador ‘Algum’ é portador de força existencial, poderia replicar contrapondo um predicado de existência à partida menos restrito, um predicado cuja extensão não esteja à partida – ou seja, simplesmente à custa do significado de ‘existe’, ou meramente em virtude do conceito de existência – limitada a objectos concretos, espaço-temporais, etc.

Deste modo, a ideia de que não há qualquer diferença substantiva entre ‘Algum’ e ‘Existe’, ou ‘Há’, tornar-se-ia bem mais defensável. Uma vez adoptada uma noção mais flexível ou inclusiva de existência, a distinção entre a noção de introduzir um objecto *tout court* e a noção de introduzir um objecto ontologicamente, de o introduzir como existente, parece tornar-se espúria ou difícil de entender; deixa por conseguinte de haver qualquer razão de princípio para separar o determinante natural ‘Algum’, alegadamente neutro do ponto de vista existencial, e determinantes existencialmente comprometidos como ‘Existe’ e ‘Há’.

Crane (2013: 30-32) argumenta a favor da interpretação “particularista”, ontologicamente neutra, do quantificador natural ‘Algum’, e a favor da tese Meinongiana associada de que alguns objectos não existem, com base em casos do seguinte género, casos de afirmações cuja verdade é dificilmente disputável.

- (7) Alguns personagens bíblicos (e.g. Abraão) não existiram, mas outros personagens bíblicos (e.g. Salomão) existiram.

Crane alega que se ‘Alguns’ for interpretado em (7) como quantificador existencial, como tendo força ontológica, então a primeira frase conjunta de (7) seria uma contradição, uma vez que seria equivalente a algo como ‘Existem personagens bíblicos que nunca existiram’. O defensor da concepção quantificacional da existência não teria, por conseguinte, meios para acomodar a intuição forte que temos no sentido de considerar essa frase como literalmente verdadeira. Pelo contrário, a interpretação ontologicamente neutra adoptada nas versões de Meinongianismo sob consideração permitiria acomodar sem quaisquer dificuldades a verdade da frase. Esta seria entendida como constituindo evidência clara a favor da admissão Meinongiana de objectos inexistentes.

Temos dúvidas acerca da força deste argumento. Por um lado, uma réplica radical consistiria em desafiar a intuição pré-teórica no sentido de considerar a frase (7) como verdadeira. Afinal, intuições pré-teóricas deste tipo não são sacrossantas, podem ser enganadoras. Assim, um certo género de defensor da concepção quantificacional, de pendor mais nominalista, poderia querer considerar a frase (7) no contexto de uma discussão de ontologia, tal como usada numa sala de seminário, e reinterpretá-la aí como sendo literalmente falsa,

simplesmente na base da inexistência de quaisquer entidades (abstractas) como personagens bíblicos. Por outro lado, uma réplica moderada estaria à disposição de um outro género de defensor da concepção quantificacional, uma réplica na qual é acomodada a intuição pré-teórica de que (7) é verdadeira e na qual, em particular, a primeira frase conjunta em (7) é reinterpretada como não sendo contraditória. De facto, um defensor da concepção quantificacional, em particular da tese de que ‘Alguns’ tem em (7) força existencial, poderia querer subscrever para personagens bíblicos, e para personagens de narrativas em geral, um ponto de vista semelhante àquele que van Inwagen (1997) defende para entidades ficcionais: o ponto de vista de que se trata de objectos de um tipo especial, e.g. objectos abstractos, mas em todo o caso de objectos **existentes** (sendo aqui naturalmente usada uma noção inclusiva ou não restritiva de existência). A frase ‘**Existem** personagens bíblicos que nunca **existiram**’ deixa de ser contraditória se a lermos como lexicalmente ambígua, se assumirmos uma mudança de significado do verbo ‘existir’ da primeira para a segunda ocorrência. Na primeira ocorrência, o verbo é interpretado no sentido de quantificação existencial; na segunda, o verbo é interpretado no sentido mais restrito de concretude ou espaço-temporalidade. Note-se que esta última interpretação é bastante frequente no idioma natural e é, no contexto, plenamente justificada. De forma muito simplificada, a frase seria assim reinterpretada como equivalente a algo como **$\exists x$ (x é um personagem bíblico & x nunca esteve algures)**. Dada a concepção antes mencionada da natureza de objectos de ficções e narrativas, assim reinterpretada, a frase seria verdadeira.

Relativamente à Questão 1, preferimos, por conseguinte, uma posição mais moderada, uma posição na qual o predicado de existência é ainda um predicado lógico, sendo a noção intencionada de existência uma noção flexível e não restritiva, mas um predicado apenas parcialmente caracterizável por meio do quantificador existencial. A Tese 1, na versão 1B, é a tese que estamos inclinados a subscrever. Os detalhes são dados mais adiante, mas queremos deixar a porta aberta para um conceito e um predicado de existência de natureza marcadamente lógica.

Uma das vantagens de um conceito lógico de existência sobre conceitos extra lógicos, como os disponíveis nas diversas posições

Meinongianas e na posição de Fine, é a sua maior clareza relativa; estes últimos conceitos de existência são frequentemente deixados por elucidar, ou as elucidações dadas não são suficientemente claras, ou pelo menos carecem do grau de clareza que caracteriza os conceitos lógicos em questão.

Voltaremos ainda ao problema da relação entre existência e quantificação (na Secção 3). Para já, examinemos a Questão 2 da nossa lista inicial.

2 É a existência um predicado?

Consideremos agora um problema que tem conexões estreitas com a Questão 1, o de saber se a existência é, ou pode ser, um predicado “real”, um predicado como os demais predicados, aplicável a coisas como as coisas habituais com que estamos familiarizados (mesas, animais, pessoas, etc.), um predicado como ‘voa’, ‘é um mamífero’, ‘é famoso’, ‘é rectangular’, etc. Ou, numa terminologia mais técnica, o problema de saber se a existência é, ou pode ser, um predicado de **primeira ordem**.

Há três posições extremas a este respeito, as quais vamos por conveniência rotular do seguinte modo: a **Velha Escola**, a **Velhíssima Escola** e a **Posição Híbrida**. Nós queremos subscrever a segunda destas posições, a Velhíssima Escola. Mas vejamos em que é que tais pontos de vista consistem.

A Velha Escola

A Velha Escola é, em essência, a posição a que se pode chamar a concepção **Frege-Russell** da existência.⁹ Tal posição consiste em responder negativamente à Questão 2 com base em duas premissas, representadas nas seguintes duas teses.

- **Tese 2:** A existência é integralmente representável pelo quantificador existencial.

⁹ Ver Russell 1988: 211 e Frege 1950: 64-65. Naturalmente, Frege e Russell diferem em vários aspectos do seu pensamento sobre a existência, de modo que com a designação ‘concepção Frege-Russell da existência’ queremos basicamente captar os inúmeros aspectos comuns.

Esta é a negação da Tese 1 e representa a posição típica de Frege, de Russell (na sua fase posterior, não Meinongiana), de Quine (1969, 1980), de van Inwagen (1998: 18-22), de Lewis (1990) e de muitos outros filósofos que trataram do tópico da existência. Nas mãos de Frege e Russell, mas seguramente não nas de Quine, a Tese 2 está intimamente associada a uma outra tese sobre a natureza do quantificador existencial, a seguinte.

- **Tese 3:** O quantificador existencial \exists é um predicado de ordem superior, um predicado de predicados.

Em particular, \exists não é um predicado de primeira ordem, um predicado aplicável a entidades frequentemente designadas como **indivíduos**.

Aproximadamente, e para os nossos fins, indivíduos são objectos ou entidades que, apesar de poderem pertencer a classes, exemplificar propriedades, ser membros de espécies, ser subsumidos por conceitos Fregeanos, ser argumentos de funções proposicionais Russellianas, etc., não são elas próprias classes, propriedades, espécies, conceitos Fregeanos, funções proposicionais Russellianas, etc. São, por conseguinte, objectos ou entidades de ordem ou nível 0.

A Tese 2, tomada em conjunção com a Tese 3, resulta na Tese 4, uma tese distintiva da concepção Frege-Russell da existência e de algum modo atribuível também, pelo menos na sua formulação negativa, a Kant e a Hume.

- **Tese 4:** A existência é invariavelmente um predicado especial, um predicado de ordem superior, um predicado de predicados, não é nunca um predicado de indivíduos.

Mais adiante, introduzimos um conjunto de argumentos que julgamos representarem objecções bastante sérias a esta tese. Para já, olhemos para a Velhíssima Escola.

A Velhíssima Escola

A negação da Tese 4, a Tese 5 em baixo, define a Velhíssima Escola e dá-nos uma resposta claramente afirmativa à Questão 2.

- **Tese 5 (VE):** A existência é invariavelmente um predicado

de primeira ordem, um predicado de indivíduos, nunca um predicado de ordem superior.¹⁰

A Tese VE é partilhada por todas as formas de Meinongianismo, pelo menos tendo em conta a maneira como a posição foi anteriormente caracterizada. É subscrita pelo primeiro Russel (1903: §27), por Parsons (1995) e ainda no Nadismo de Routley (1980) e Priest (2005).

Mas sucede que a Tese VE é também subscrita na já mencionada teoria, aparentemente não Meinongiana, proposta por Fine. E é igualmente adoptada no ponto de vista que defendemos neste ensaio, o qual é também anti-Meinongiano.¹¹

É assim um erro pensar que rejeitar a tese de que a existência é um predicado de ordem superior implica abraçar alguma forma de Meinongianismo. Essa tese, a Tese 4, é uma consequência das Teses 2 e 3: não admira assim que na presente posição ela seja rejeitada, já que as premissas que a suportam são ambas rejeitadas. Em particular, como vamos ver, há razões sólidas para rejeitar como irremediavelmente deficiente a ideia subjacente à Tese 3, a ideia do quantificador existencial como um predicado de ordem superior.

Como mencionámos, a Tese VE tem de ser sujeita a uma qualificação importante, a qual consiste na suposição de que estamos a lidar apenas com um discurso de primeira ordem, ou seja, com afirmações acerca de indivíduos. Assim, as seguintes afirmações seriam presumivelmente excluídas da nossa discussão, por serem de ordem superior (ou assim o supomos para fins de argumentação):

- O lobo é cruzável com o cão.
- Há espécies animais em vias de extinção.
- A humildade é rara, a cobardia desprezível.
- A classe dos números pares é infinita.

E as seguintes afirmações seriam presumivelmente admitidas:

¹⁰ Como veremos, a Tese VE tem de ser qualificada através de uma restrição do universo de discurso a indivíduos.

¹¹ Ver Secção 4.

- O lobo é mais agressivo do que o cão.
- O cão tem sangue quente.
- Há mamíferos voadores.
- A humildade é uma virtude.

Se aquela qualificação não fosse feita, a Tese VE seria facilmente refutável com base em afirmações verdadeiras como as seguintes:

- Cores primárias existem.
- O Pássaro Dodo não existe.

É importante verificar agora que, mesmo sob a suposição restritiva em questão acerca do universo de discurso, a concepção Frege-Russel trata a existência como um predicado de ordem superior. Vejamos.

Consideremos afirmações de existência e inexistência aparentemente de primeira ordem, como

- **(1)** Os mamíferos voadores existem.
- **(2)** Os unicórnios não existem.

A análise de Frege-Russell procede então em dois estádios.

Primeiro, à luz da Tese 2, a ideia de que a existência é integralmente expressa pelo quantificador existencial, estas afirmações são analisadas como (respectivamente)

- **(1)*** Algo é um mamífero voador, $\exists x$ Mamífero voador x .
- **(2)*** Nada é um unicórnio, $\neg \exists x$ Unicórnio x .

Segundo, à luz da Tese 3, a ideia de que \exists é um predicado de ordem superior, um predicado de predicados, estas últimas afirmações são por sua vez parafraseadas em afirmações claramente de segunda ordem do género¹²

- **(1)**** A classe dos mamíferos voadores não é vazia.

¹²Trata-se apenas de exemplos.

- (1)** A propriedade de ser um mamífero voador tem exemplos.
- (1)** O conceito fregeano Mamífero Voador mapeia pelo menos um indivíduo no Verdadeiro.
- (2)** A classe dos unicórnios é vazia.
- (2)** A propriedade de ser um unicórnio não tem exemplos.
- (2)** O conceito fregeano Unicórnio mapeia nenhum indivíduo no Verdadeiro.

Ora, julgamos ter razões sólidas para crer que este segundo estágio da análise de Frege-Russell está profundamente errado, que as análises propostas, em termos de predicacões de ordem superior, não servem. Eis quatro objecções.

A. Poder expressivo

A concepção Frege-Russell parece não ter meios para exprimir, na linguagem da teoria, algumas das afirmações de existência ou inexistência com as quais está manifestamente comprometida. Em especial, não parece ter meios para exprimir a afirmação Anti-Meinongiana ‘Todo o objecto existe’ ou ‘Não há objectos inexistentes’. É difícil ver como é que afirmações deste teor poderiam ser parafraseadas à maneira de Frege-Russell, como é que o quantificador existencial poderia aí dar lugar a um predicado de ordem superior apropriado.

B. Inflação ontológica

O tratamento Frege-Russell do quantificador existencial como predicado de ordem superior tem consequências anti-nominalistas imediatas, ou (se se preferir) consequências platonistas ou realistas imediatas; o que na nossa opinião não está certo.

Basta reparar que a análise Frege-Russell de uma afirmação verdadeira como ‘Mamíferos voadores existem’, para além de nos comprometer ontologicamente com mamíferos que voam (indivíduos e *concreta*), compromete-nos ontologicamente também com algum dos seguintes tipos de objectos abstractos: classes, propriedades, espécies, conceitos Fregeanos, funções proposicionais Russellianas, etc. E a análise Frege-Russell de predicacões verdadeiras de inexistência como “Centauros não existem”, embora não nos comprometa onto-

logicamente com centauros, compromete-nos ontologicamente com o mesmo género de *abstracta*.

É bom salientar que até podemos ter boas razões para querer admitir objectos abstractos, mesmo de todos aqueles tipos, na nossa melhor ontologia. Mas essas razões têm de ser de outra natureza. Não pode ser apenas na base de um certo tratamento semântico do predicado de existência, apenas na base de uma certa proposta sobre o significado e a forma lógica de afirmações de existência ou inexistência, que sejamos obrigados a compromissos ontológicos com *abstracta*.

C. Bola de neve

Esta é uma objecção aproximadamente ao estilo de Ramsey (1925). Se uma predicação de existência verdadeira como ‘Mamíferos voadores existem’ for parafraseável em algo como ‘O conceito Fregeano *Mamífero Voador* mapeia pelo menos um indivíduo no Verdadeiro’ (para dar apenas um exemplo), então o que é que nos impediria de parafrasear da mesma maneira praticamente toda e qualquer predicação, incluindo predicacões habituais como ‘Mamíferos têm sangue quente’ e ‘Rover é um cão’? Estas afirmações resultariam em algo como ‘O conceito Fregeano *Ter Sangue Quente* mapeia no Verdadeiro qualquer indivíduo mapeado no Verdadeiro pelo conceito Fregeano *Mamífero*’ e ‘O conceito Fregeano *Cão* mapeia o indivíduo Rover no Verdadeiro’. Virtualmente toda a predicação poderia ser submetida a este tipo de análise, o que não parece certo.

O mesmo se diria de paráfrases em termos de classes, propriedades, funções proposicionais, etc. Qualquer predicação *prima facie* de primeira ordem seria no fundo, sob análise, numa predicação de ordem superior. Pensamos que esta é uma consequência implausível do tratamento dado por Frege-Russell ao predicado de existência.

D. Critério intuitivo de diferença para pensamentos

Este princípio Fregeano, tal como formulado por Evans (1982: 21), estabelece que conteúdos ou pensamentos **p** e **q** são distintos se for possível um agente racional tomar atitudes antagónicas em relação a eles: acreditar em **p** mas não acreditar em **q**, acreditar em **p** mas duvidar de **q**, etc. Ora, parece ser certamente possível um agente racional aceitar ‘Mamíferos voadores existem’ e ‘Centauros não existem’, mas duvidar ou mesmo rejeitar as suas paráfrases Fregeanas ‘O conceito Fregeano *Mamífero Voador* mapeia pelo menos um indivíduo

no Verdadeiro' e 'O conceito Fregeano *Centauro* não mapeia qualquer indivíduo no Verdadeiro'. O agente poderia proceder assim na base de fortes convicções nominalistas, ou simplesmente na base de ser muito céptico em relação a entidades como conceitos Fregeanos; e é completamente irrelevante se o agente está ou não certo em proceder dessa maneira. Naturalmente, o mesmo resultado seria aplicável a paráfrases em termos de classes, propriedades, funções proposicionais, etc.

Finalmente, há uma terceira grande posição teórica acerca da Questão 2, a questão de saber se a existência é, ou pode ser, um predicado real, um predicado de primeira ordem.

*A Posição Híbrida*¹³

Esta posição é uma espécie de meio-termo entre a Velha Escola e a Velhíssima Escola. A ideia é a de que, numa determinada classe de casos, o predicado de existência deve ser visto como um predicado de ordem superior, sendo assim vindicada para esses casos a Velha Escola. Enquanto noutra classe de casos, o predicado de existência deve ser visto como um predicado de primeira ordem, sendo assim vindicada para esses casos a Velhíssima Escola.

Ilustrando, em predicacões gerais de existência e inexistência como 'Mamíferos voadores existem' e 'Unicórnios não existem', o predicado gramatical de existência é captado pelo quantificador existencial e este é tratado à maneira de Frege-Russell, como um predicado de predicados. Em contraste, em predicacões singulares de existência e inexistência como 'Vénus (o planeta) existe' e 'Vulcão (o planeta) não existe' o predicado gramatical de existência é tratado como um predicado de primeira ordem, satisfazível por indivíduos.

Da nossa discussão da Velha Escola resulta que a concepção subjacente da existência como predicado de ordem superior é errónea e deve ser rejeitada. Ora, como a Posição Híbrida está parcialmente comprometida com essa concepção, também deve ser rejeitada (se estivermos correctos).

¹³ Esta posição é defendida em Branquinho 2006.

3 Existência e ser

Voltamo-nos agora para a terceira das nossas grandes questões acerca da existência, a da relação desta com o ser.

Questão 3: Qual é a relação entre ser, no sentido geral de ser algo, e existir, ou ter existência? Serão, em essência, a mesma coisa? Ou será que o ser transcende de algum modo a existência? Será que há objectos que não existem?

Naturalmente, há uma questão preliminar importante que devemos considerar de modo a podermos responder à Questão 3: O que é que devemos entender aí, mais precisamente, por ‘ser’?

A Tese 6, famosamente formulada e defendida por Quine (1969, 1980) dá-nos uma resposta clássica a essa questão:

- **Tese 6:** Ser é ser o valor de uma variável

Grosso modo, isto significa o seguinte: um objecto x é, ou tem ser, se e só se x é um valor (potencial) de uma variável ligada por um quantificador. Por outras palavras,¹⁴ ser (algo) é pertencer a um domínio de quantificação. De forma aproximadamente equivalente, poderíamos dizer que ser (algo) é ser um sujeito (potencial) de predicções (Aristóteles): um objecto x é, ou tem ser, se e só se algo é predicável de x .

A Tese 6, que podemos designar como *o dictum de Quine*, é a tese característica da concepção Quineana do ser. E também da sua concepção da existência, já que não há qualquer diferença para Quine entre ser e existir (como vamos ver adiante, Quine responde desta maneira à Questão 3).

Como é que devemos avaliar a concepção Quineana do ser, tal como expressa na Tese 6?

Em primeiro lugar, devemos notar que a ideia original de Quine não é propriamente a de introduzir uma noção absoluta de ser, daquilo que há ou existe *simpliciter*, tal como é sugerido por uma leitura literal da Tese 6. A ideia de Quine é antes a de introduzir uma noção relativa de ser, uma noção daquilo que há ou existe relativamente a, ou do ponto de vista de, uma certa teoria, no sentido de um conjunto

¹⁴ Mas pode-se argumentar que estas formulações não são de facto equivalentes à Tese 6 (ver adiante).

de afirmações expressas numa certa linguagem. Ou seja, o *dictum* de Quine é para ser entendido aproximadamente da seguinte maneira:

- O ser, aquilo que há ou existe, com respeito a uma teoria **T**, os objectos com os quais **T** está ontologicamente comprometida, são aqueles objectos que têm de estar entre os valores das variáveis de modo a que as afirmações (pelo menos uma) de **T** sejam verdadeiras.
- **T** está ontologicamente comprometida com um objecto particular **x** se, e só se, **T** contém ou implica logicamente uma afirmação da forma $\exists y \ x=y$.
- **T** está ontologicamente comprometida com **Fs** em geral sss **T** contém ou implica logicamente uma afirmação da forma $\exists y \ Fy$.

Esta noção relativa de ser é uma noção que deliberadamente torna aquilo que há, o ser, constitutivamente dependente da existência de uma linguagem ou teoria. Nenhuma das objecções formuladas em seguida se aplicam a esta noção relativa de ser. Elas aplicam-se apenas à noção absoluta atrás referida, ou seja, ao *dictum* interpretado à letra, e não como uma maneira meramente retórica de introduzir a noção relativa de ser.

Ora, tomada pelo seu valor facial, como uma explicação da noção (absoluta) de ser, a explicação proposta no *dictum* de Quine é manifestamente estranha.¹⁵ É no mínimo bizarro explicar em que consiste o ser, explicar o que é em geral ser algo, ser um objecto, uma entidade, dizendo que tal consiste em ser o valor de uma variável. O *explanans*, a noção de valor de uma variável, parece não ser de todo o *explanandum* adequado para o *explanandum* em questão, a noção de ser ou existência. A caracterização parece ser assim intensionalmente incorrecta. Variáveis são letras ou símbolos pertencentes a uma linguagem dada. E valores de variáveis são objectos que uma certa função, uma atribuição de valores a variáveis, faz corresponder a essas letras ou símbolos. Para além de circular, o que pode ser um mal menor, a explicação parece algo inapropriada. Será que não haveria nada,

¹⁵ Como notado por Salmon (1987: 51-53).

nenhum objecto, se não houvesse variáveis? Dificilmente.

Por outro lado, dadas algumas suposições que não deixam no entanto de ser controversas, a caracterização absoluta do ser parece ser ainda extensionalmente incorrecta (Salmon 1987: 52). Em primeiro lugar, objectos que não são nada presentemente, ou que não são nada actualmente, podem ter de estar entre os valores das nossas variáveis presentes ou actuais de modo a tornar verdadeiras algumas das nossas afirmações verdadeiras. Por exemplo, dinossauros, objectos passados, objectos que não são nada agora mas já foram algo, têm de estar entre os valores das nossas variáveis presentes de modo a tornar verdadeira uma afirmação presente verdadeira como a seguinte.

- Houve um dinossauro do qual este fóssil é um fóssil.
- Há no passado um x tal que x é um dinossauro e este fóssil é um fóssil de x .

E pessoas meramente possíveis, objectos que actualmente não são nada mas que poderiam ter sido algo, têm de estar entre os valores das nossas variáveis actuais de modo a tornar verdadeira uma afirmação actual verdadeira como a seguinte:

- Wittgenstein poderia ter tido um filho.
- Há num mundo meramente possível uma pessoa x tal que Wittgenstein é pai de x .

Parece assim haver dúvidas quanto à suficiência da caracterização absoluta, dúvidas dadas em casos de valores de variáveis que não são nada.

Em segundo lugar, conforme já sugerido, é perfeitamente inteligível a ideia de um objecto que em princípio não é um objecto que resulte de qualquer atribuição — passada, presente ou futura — de qualquer valor a qualquer variável. O ser e a existência de objectos parecem não estar, em geral, constitutivamente dependentes da existência de uma linguagem, ou de variáveis, ou de algo do género. Parece assim haver também dúvidas quanto à necessidade da caracterização absoluta, dadas em casos de coisas que não são valores de qualquer variável.

Todavia, repare-se que estas objecções deixam intocada a caracte-

rização absoluta da noção de ser em termos de quantificação, a ideia de que ser é ser algo (pertencer a um domínio de quantificação, ser um de tudo), o que nos leva a distinguir liminarmente esta última caracterização da caracterização em termos de valores de variáveis. Ou seja, podemos continuar a caracterizar, sem qualquer problema, as noções de ser ou de objectualidade, singular e geral, da seguinte maneira:

Objectualidade singular

- x é (um objecto) sss $\exists y x=y$.
- x é (um objecto) sss x é um de tudo.

Objectualidade geral

- Fs são (objectos) sss $\exists y Fy$.
- Fs são (objectos) sss Fs são alguns de tudo.

Por conseguinte, se a Tese 6 (ser é ser o valor de uma variável) for lida caridosamente, desta última maneira, então nada nos impede de a subscrever. E é assim que vamos doravante considerar a Tese 6.

Posto isto, convém observar que a Tese 6 é também subscrita nas variedades mais usuais de Meinongianismo, em especial na de Russel (1903) e na de Parsons (1995). Nestas últimas posições, ser é equivalente a ser quantificável ou referível, mas sucede que alguns dos valores de variáveis quantificadas, ou alguns dos sujeitos de predicções, não existem. Ou seja, *há* objectos que não existem: o reino do ser, dos objectos, do que é quantificável ou referível, é assim mais vasto do que o reino da existência, da concretude, dos objectos no espaço-tempo (aproximadamente).

A Tese 6 é, no entanto, rejeitada na concepção original de Meinong (1904: 20), pois este admite objectos que não têm qualquer forma de ser, como por exemplo quimeras como o Abominável Homem das Neves e objectos impossíveis como quadrados redondos. Estes objectos nem existem, ou seja, nem são como Sócrates, nem são ou subsistem, ou seja, nem são como números e outros objectos abstractos.

Como é que a concepção Quineana do ser, dada na Tese 6 tomada na leitura caridosa *supra* mencionada, meramente quantificacional, é avaliada do ponto de vista do neo-meinogianismo nadista de Routley-Priest?

Tudo depende do modo como são interpretados os quantificadores ‘algo’, ‘tudo’ em

(6)* x é (um objecto) sss x é idêntico a algo, x é um de tudo.

Se o quantificador ‘algo’ receber a interpretação habitual, em termos de quantificação existencial, com x é idêntico a algo regimentada como $\exists y x=y$, então a caracterização quantificacional da noção de ser, dada em (6)*, é falsa do ponto de vista nadista (Priest 2005: 108-110).

De facto, nesse ponto de vista, o não-ser está disponível entre os objectos. Alguns objectos, por exemplo quadrados redondos e quimeras, não são nada. Como ser e existir são a mesma coisa no nadismo, o qual dá assim à Questão 3 uma resposta idêntica à dada por Quine, esses objectos nem são nem existem. A esfera da objectualidade transcende, por conseguinte, a esfera do ser ou da existência, incluindo também o nada.

Note-se que a afirmação nadista “Alguns objectos não são nada, não são idênticos ao que quer que seja” não é uma contradição. Com efeito, o quantificador ‘Alguns’ recebe aí naturalmente a interpretação do quantificador particular, ALGUM, o qual não tem qualquer compromisso ontológico ou existencial.¹⁶ A afirmação fica assim regimentada como

- ALGUM x : $\neg \exists y x=y$

No nadismo, a bicondicional da caracterização quantificacional (6)* é, naquela interpretação, falsa do lado esquerdo para o lado direito. Por outras palavras, a condição da quantificação não é necessária para a objectualidade. Por outro lado, a bicondicional do lado direito para o esquerdo é verdadeira nesse ponto de vista: o que é, ou existe, é um objecto; se x é, então x é um objecto.

Todavia, se na caracterização quantificacional (6)* o quantificador ‘algo’ receber a interpretação particular, em termos do quanti-

¹⁶ Ver Secção 1.

gador ALGUM, então essa caracterização é verdadeira do ponto de vista nadista:

- x é um objecto sss ALGUM $y: x=y$
- Objectos são valores de variáveis ligadas pelo quantificador particular.

Podemos continuar a dizer que ser um objecto é ser um de tudo, pertencer a um domínio de quantificação, desde que a tal não atribuamos qualquer força existencial (o que não deixa de ser, em todo o caso, estranho!).

Para terminar o nosso terceiro tópico, regressemos à Questão 3, viz. **É ser o mesmo que existir?**, e façamos um resumo das posições a seu respeito.

A Tese 7 dá uma resposta positiva àquela questão.

- **Tese 7:** Existir e ser são uma e a mesma coisa.
- Um objecto x é, ou tem ser, se e só se x existe.

Como já observámos, esta é uma tese distintiva da posição de Quine. Van Inwagen chama-lhe mesmo “a essência da filosofia de Quine do ser e da existência” (2008: 37). Segundo Quine (1980: 3; 1969: 100), afirmar “Há mamíferos voadores”, ou “Mamíferos voadores são”, é equivalente a afirmar “Existem mamíferos voadores”, ou “Mamíferos voadores existem”. E afirmar “Não há centauros”, ou “Centauros não são”, é equivalente a afirmar “Não existem centauros”, ou “Centauros não existem”. A Tese 7 é também atribuível a Frege e a Russell, razão pela qual é muitas vezes erroneamente assimilada ao seguinte trio de teses: a Tese 2 (a existência é expressa pelo quantificador existencial), a Tese 3 (o quantificador existencial é um predicado de ordem superior) e a Tese 4 (a existência não é um predicado de primeira ordem).

A Tese 7 é rejeitada nas versões até recentemente mais comuns de Meinongianismo (Russell, Parsons), as quais estão todas comprometidas com a ideia de que alguns objectos são, ou têm ser, mas não existem. Mas, como antes referimos, a tese é surpreendentemente aceite no nadismo de Routley-Priest, segundo o qual um objecto x ser (algo) é equivalente a x existir. Como vimos, neste ponto de vis-

ta, alguns objectos nem existem nem são.

Assim, a variedade nadista torna o Meinongianismo imune àquela que é considerada uma das objecções mais sérias ao ponto de vista, a de que a distinção aí feita entre existir e ser é uma distinção obscura e ininteligível.¹⁷

Todavia, há outra objecção séria ao Meinongianismo, que é aplicável por maioria de razão à variedade nadista. Trata-se da objecção de que, nessa posição, é completamente obliterada uma distinção que é crucial fazer entre referência genuína, por exemplo “O americano que mora no segundo andar” (com a descrição tomada em uso referencial), e referência aparente, por exemplo “O americano médio” ou talvez “A minha sombra”. E é igualmente obliterada na posição Meinongiana, e com o mesmo género de motivação, uma distinção que é crucial fazer entre quantificação genuína, por exemplo “Há números primos”, e quantificação aparente, por exemplo “Há aumentos de preços intoleráveis” ou talvez “Há buracos com 1m de diâmetro”.

A distinção é obliterada no Meinongianismo pois este parece estar em geral comprometido com a ideia de que qualquer termo que pareça denotar algo denota de facto algo e qualquer expressão que pareça quantificar sobre algo quantifica de facto sobre algo. Assim, a introdução de objectos parece não ter qualquer custo, parece ser grátis ou irrestrita. Esta ideia parece-nos altamente implausível, pois ofende intuições, para nós sólidas, que subjazem à sabedoria tradicional Russelliana.¹⁸

A Tese 7 (não há diferença alguma entre ser e existir) é igualmente subscrita no presente ponto de vista. Todavia, é a Tese 8 (em baixo) aquela que permite distinguir melhor a nossa posição das restantes concepções da existência em discussão.

4 Existência e objectualidade

Consideremos agora a nossa quarta questão sobre a existência.

- **Questão 4.** Qual é a relação entre ser, no sentido genérico de ser um objecto, e existir, ou ter existência?

¹⁷ Lewis 1990, van Inwagen 2008.

¹⁸ Russell 1905.

- Será que alguns objectos não existem? Ou será que tudo, todo o objecto, existe?

Como vimos, o Meinongianismo em geral responde positivamente à primeira destas últimas interrogações e negativamente à segunda. De acordo com algumas versões do ponto de vista, há objectos que não existem: o universo do ser, dos objectos, do que é quantificável ou referível, inclui como parte própria o universo dos existentes, dos objectos concretos ou localizáveis no espaço-tempo. Outras versões de Meinongianismo adoptam a tese mais fraca de que alguns objectos não existem. Esse é o caso da concepção original de Meinong, pois nela são admitidos objectos que não têm qualquer forma de ser, como por exemplo objectos ficcionais e objectos impossíveis. E é ainda o caso do nadismo de Routley-Priest (pela mesma razão). Nestas versões, para além do universo do ser, dos objectos que são, ou que existem, temos ainda o universo do não-ser, dos objectos que não são.

Pensamos que a concepção Meinongiana é, em qualquer das suas variedades, insatisfatória. Queremos assim adoptar uma posição essencialmente anti-Meinongiana sobre a Questão 4, a qual é dada na nossa última tese.

- **Tese 8** (Universalidade da Existência): Tudo existe, Todo o objecto existe, Nenhum objecto é inexistente.

Mais adiante, introduzimos razões adicionais para rejeitar o Meinongianismo e subscrever a Tese 8. Para já, notamos que o predicado de existência que queremos deverá, à luz da Tese 8, ser um predicado monádico **E** que satisfaça o seguinte princípio:

- **(E)** Todo o x : $Ex, \forall x Ex$

Ou seja, queremos ter um predicado de existência que seja verdadeiro de todo o objecto e falso de nenhum objecto; queremos ter um predicado de existência cuja extensão seja todo o domínio de quantificação.

Por outro lado, dada a nossa reflexão até ao momento, temos mais duas exigências centrais que o predicado de existência **E** deve satisfazer:

- (a) Dada a Tese VE, da Velhíssima Escola, o predicado **E** tem de ser um predicado de primeira ordem (supondo um domínio res-

trito a indivíduos);

(b) Dada a Tese 1B, **E** tem de ser um predicado lógico e um predicado caracterizável em parte em termos do conceito de quantificação existencial.

A estas duas exigências juntamos uma terceira exigência de carácter essencialmente metodológico, já mencionada no início deste ensaio. O nosso predicado de existência deve ser claro do ponto de vista conceptual e apto para uma formulação adequada de uma imensa variedade de posições e disputas ontológicas, disponíveis e possíveis, posições e disputas acerca do que existe. Estas disputas devem ser caracterizadas como pelo menos algumas vezes são de facto, como disputas substantivas e não meramente verbais (ou assim julgamos).

Acreditamos que o predicado de existência que procuramos, o predicado que satisfaz o trio de teses referidas (1B, 5, 8) e esta última exigência metodológica, é simplesmente o já antes usado predicado monádico **_é algo**, ou mais precisamente, **_é idêntico a pelo menos um objecto**.¹⁹ Ou seja, o nosso predicado de existência **E** é definível da seguinte maneira:

- $Ex =_{(df.)} \exists y x=y$

Vejamos. Trata-se claramente de um predicado universal, vindicando assim a Tese 8 (Tudo existe). Por outro lado, se o discurso sob consideração for de primeira ordem e o domínio de quantificação um domínio de indivíduos, então esse predicado de existência será um predicado de primeira ordem, vindicando assim a Tese VE. Tal predicado de existência não é um predicado primitivo, pois é definível em termos de quantificação existencial e identidade (estricta), vindicando assim a Tese 1B. Para além disso, trata-se de um predicado puramente lógico, uma vez que é definido apenas à custa de conceitos lógicos (quantificação, identidade). Por último, é um predicado que está absolutamente em ordem do ponto de vista da clareza conceptual, pelo menos na medida em que os conceitos lógicos (ou, se quisermos, aqueles conceitos lógicos) são conceitos que estão ab-

¹⁹ Ver Quine 1969: 97, Evans 1982: 348, Kripke 2011: 55, nota 6 e Salmon 1987:20-2. Naturalmente, estou a assumir que a nossa linguagem contém o predicado diádico de identidade entre as suas constantes lógicas.

solitamente em ordem desse ponto de vista.

‘Tudo existe’, em símbolos $\forall x \exists y x=y$, é uma verdade lógica, e por conseguinte, de alguma maneira, uma verdade trivial. Assim, o nosso predicado de existência é um predicado tautológico e, por conseguinte, de alguma maneira, também um predicado trivial.

No entanto, tal trivialidade pode ser mitigada reparando que as disputas ontológicas não ficam imediatamente resolvidas nessa base (como Quine muito acertadamente observou). Existir é pertencer a um domínio de quantificação, e tudo pertence a um domínio de quantificação. Mas isso, por si só, não nos diz o que devemos incluir num domínio de quantificação, não nos indica o que devemos querer ter em tudo. Podemos ainda querer ou não querer incluir meros *possibilia*, objectos ficcionais, quimeras e outros objectos intencionais, universais, números, objectos materiais, fusões arbitrárias de objectos materiais, partes temporais, etc.

Outra maneira de mitigar a trivialidade envolvida no nosso predicado de existência consiste em distinguir dois géneros de proposições modais no qual ele ocorre. Por um lado, a proposição

- (8) Necessariamente, tudo existe.
- $\Box \forall x \exists y x=y$

Esta proposição, *de dicto*, é verdadeira à luz do nosso ponto de vista. Por outro lado, a proposição

- (9) Tudo necessariamente existe.
- $\forall x \Box \exists y x=y$

Esta proposição, *de re*, pode bem ser falsa à luz do nosso ponto de vista.²⁰

A Tese 8, segundo a qual todo o objecto existe, é inconsistente com qualquer variedade do ponto de vista Meinongiano, incluindo o nadismo, e ainda com diversas posições não Meinongianas que no entanto aceitam a Tese VE (a existência como predicado de primeira

²⁰ ‘Pode’ no sentido em que queremos pelo menos deixar a porta aberta para a contingência da existência, para a ideia de que alguns objectos que existem poderiam não ter existido. A tese oposta, a necessidade da existência, tem sido famosamente defendida por Williamson: ver 2013.

ordem), como parece ser o caso da posição de Fine (2009). Para além disso, tal como formulada, a Tese 8 é subscrita na posição Frege-Russell; todavia, a nossa escolha particular do predicado de existência é inconsistente com a concepção Frege-Russell da existência como conceito de ordem superior.

Dadas as Teses 6 (a concepção quantificacional do ser) e 7 (a ideia de que ser e existência são a mesma coisa), temos no presente ponto de vista as seguintes equivalências, e assim a co-extensionalidade dos conceitos de Objecto, Ser e Existência:

- x é um objecto sss se x é.
- x é sss x existe.

Dadas as Teses 1B (a existência é parcialmente representável pelo quantificador existencial) e 8 (a universalidade da existência), cabe perguntar que relação se estabelece então entre o quantificador existencial e o predicado de existência **E** tal como por nós caracterizado? Dada a Tese 7, ambos parecem exprimir existência, ou seja, parecem introduzir objectos que são, objectos que existem. Todavia, o quantificador existencial difere ainda do predicado **E** do seguinte modo. Como qualquer determinante quantificacional, ele tem como função principal indicar quantos objectos, de um dado domínio de objectos, satisfazem uma certa condição, no caso pelo menos um objecto, alguns objectos. Ao desempenhar essa função, o quantificador existencial introduz de facto algo que é ou existe, um objecto no domínio de quantificação, sendo assim dotado de força existencial. Mas isso ocorre por implicação: é algo que decorre da função primária do quantificador mas que não se confunde com ela. Queremos assim distinguir ainda, de algum modo, entre “Alguns objectos são **F**”, de um lado, e “**Fs** existem” ou “Há **Fs**”, do outro lado.

A nossa última questão nesta Secção é a seguinte: Que outras escolhas estariam disponíveis para um predicado de existência de primeira ordem **E**? Eis uma lista das mais habituais dessas escolhas, a grande maioria de inspiração Meinongiana:

- **(a)** $Ex = x$ é causalmente eficaz (Priest)
- **(b)** $Ex = x$ é actual (no sentido modal do termo)

- **(c)** $Ex = x$ é concreto
- **(c)'** $Ex = x$ está no espaço ou no tempo (Russell)
- **(d)** $Ex = x$ é um objecto não intencional (McGinn 2000: 15-51)
- **(e)** $Ex = x$ é real, em que 'real' é um predicado primitivo (Fine 2009: 168-9)

O problema principal com as propostas Meinongianas (a)-(c)', e também com a proposta quase-Meinongiana (d), é um problema de inadequação meta-metafísica. As caracterizações em questão do predicado de existência têm a característica indesejável de terem como consequência uma rejeição à partida de um certo conjunto de posições ontológicas, as quais seriam contadas como conceptualmente falsas, ou seja, falsas apenas à luz do conceito de existência empregue. Eis algumas posições desse género: "Universais existem", "Meros *possibilia* existem", "Classes existem", "Números existem", "Personagens bíblicos existem". É certo que, de acordo com algumas das versões de Meinongianismo (Russell, Parsons), poderíamos ainda ter verdades como "Há universais", "Há meros *possibilia*", "Há classes", "Há números", etc. Mas, como referimos atrás, o problema com tais versões é a sua dependência de uma distinção entre existir e ser que é difícil de perceber.

Assim, a concepção Meinongiana da existência subjacente às propostas (a)-(c)' tem consequências nominalistas automáticas. No outro extremo, como vimos, a concepção Frege-Russell da existência tem por sua vez consequências anti-nominalistas automáticas. Ambas as concepções são, por conseguinte, deficientes – e pelo mesmo género de razão.

O problema com a proposta (e) é que, tanto quanto conseguimos ver, não é completamente claro o que é que o termo 'real' é suposto significar; ou, para sermos mais cuidadoso, aquilo que devemos dizer é, pelo menos, que o significado do predicado 'real' não é tão claro como o significado do nosso predicado lógico de existência.

5 Forma lógica

Terminamos com observações muito breves sobre a nossa última questão sobre a existência, a Questão 5, a questão acerca da forma lógica: Como é que afirmações de existência e inexistência devem ser analisadas do ponto de vista da sua forma lógica?

Consideramos apenas os tipos centrais de predicacões de existência e inexistência.

Relativamente a afirmações *singulares* de existência e inexistência, a resposta está imediatamente disponível na base da nossa reflexão anterior. Assim, temos o seguinte.

- Existência Singular: **a** existe.
- Ea, ou seja, $\exists y a=y$
- **(5)** Vénus existe.
- **(5)*** $\exists y \text{Vénus}=y$
- Inexistência Singular: a não existe
- Ea, ou seja, $\neg \exists y a=y$
- **(6)** Vulcão não existe.
- **(6)*** $\neg \exists y \text{Vulcão}=y$

Relativamente a afirmações *gerais* de existência e inexistência, precisamos de ser mais cuidadosos. Consideremos primeiro o caso de predicacões gerais de existência.

- Existência Geral: Fs existem.

Este é um caso bem mais complicado, mas pelas razões aduzidas em baixo optamos pela simbolização

- $\exists x (Fx \wedge \exists y x=y)$

Uma afirmação como “As avestruzes são velozes” é ambígua entre uma quantificação universal, “Todas as avestruzes são velozes”, uma quantificação existencial, “Algumas avestruzes são velozes”, e uma

genérica, “As avestruzes são tipicamente velozes”. Por analogia, também uma frase como

- **(I)** Os mamíferos voadores existem.

admite duas interpretações (excluída a leitura genérica por razões óbvias).

- **Interpretação 1:** Todo o mamífero voador existe.
- $\forall x (MVx \rightarrow \exists y x=y)$

Ao argumentar contra a concepção quantificacional da existência, Fine (2009) interpreta desta maneira e objecta que, se o predicado de existência for o nosso predicado tautológico, então “Os mamíferos voadores existem” ficaria trivialmente verdadeira, pois seria uma verdade lógica (mesmo se adoptássemos uma lógica livre relativamente às regras de eliminação e introdução da quantificação existencial).

A objecção de Fine é convincente. Mas há uma outra objecção à Interpretação 1. Afirmações *prima facie* falsas de existência, como “Os unicórnios existem”, seriam nela contadas como verdadeiras; dadas certas suposições, aquela seria uma afirmação vacuamente verdadeira, supondo que o domínio de quantificação não contém quaisquer unicórnios.²¹

Consideremos agora a segunda interpretação.

- **Interpretação 2:** Algum mamífero voador existe.
- $\exists x (MVx \wedge \exists y x=y)$

Preferimos esta interpretação, a qual não é de toda uma verdade lógica, sendo assim imune à objecção de Fine (e também à outra objecção). O predicado de existência é de facto, num certo sentido, um predicado tautológico: nada é por ele adicionado ao conteúdo da afirmação caso o domínio de quantificação contenha pelo menos um mamífero voador. Mas isso é o que seria de esperar dada a natureza

²¹ Uma maneira de responder a esta objecção seria substituímos os habituais quantificadores da lógica clássica de predicados por quantificadores generalizados (Evans 1982: 57-60), o que nos permitiria bloquear tais atribuições indesejáveis de valores de verdade; mas, por razões de espaço, não desenvolvemos aqui este tipo de réplica.

universal do nosso predicado de existência.

Na base da análise proposta para a existência geral, a inexistência geral recebe o seguinte tratamento natural.

- Inexistência Geral: Fs não existem.
- $\forall x (Fx \rightarrow \neg \exists y x=y)$
- **(2)** Os unicórnios não existem.
- $\forall x (Ux \rightarrow \neg \exists y x=y)$

Terminamos com uma constatação interessante. Considerem-se as simbolizações escolhidas para a existência e inexistência geral

- Fs existem.
- $\exists x (Fx \wedge \exists y x=y)$
- Fs não existem.
- $\forall x (Fx \rightarrow \neg \exists y x=y)$

Note-se que, na verdade, tais simbolizações são logicamente equivalentes às simbolizações mais simples usadas nos manuais de lógica elementar, respectivamente

- $\exists x Fx$
- $\neg \exists y Fx$.

Este é um resultado que não nos deixa de todo confortáveis.

João Branquinho
Universidade de Lisboa
LanCog Group CFUL

Referências

- Branquinho, J. 2006. Existência. In João Branquinho, Desidério Murcho e Nelson Gonçalves Gomes (eds.). *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Branquinho, J. 2012. What is Existence? *Disputatio* Vol IV, No. 34: 575-590.
- Branquinho, J. 2014. Realismo Metafísico. In João Branquinho e Ricardo Santos

- (eds.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica* (2014). Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Crane, T. 2013. *The Objects of Thought*. Oxford: Oxford University Press.
- Evans, G. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press and New York: Oxford University Press.
- Fine, K. 2009. The Question of Ontology. In David J. Chalmers, David Manley and Ryan Wasserman (eds.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Oxford University Press.
- Frege, G. 1950. *The Foundations of Arithmetic: A Logico-Mathematical Inquiry into the Concept of Number*. Translated by J.L. Austin. Oxford: Basil Blackwell.
- Frege, G. 1952. *Function and Concept*. In Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege. Edited by Peter Geach and Max Black. Oxford: Basil Blackwell.
- Kripke, S. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lewis, D. 1990. Noneism or Allism. *Mind* Vol. 99: 23-31
- McGinn, C. 2000. *Logical Properties. Identity, Existence, Predication, Necessary Truth*. Oxford: Clarendon Press.
- Meinong, A. 1904. On the Theory of Objects. Tradução inglesa de Isaac Levi, D.B. Terrell and Roderick Chisholm. In Roderick Chisholm (ed.). *Realism and the Background of Phenomenology*. Atascadero, CA: Ridgeview, 1981.
- Parsons, T. 1980. *Non-existent Objects*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Parsons, T. 1995. Non-existent Objects. In J. Kim e E. Sosa (eds.). *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell.
- Priest, G. 2005. *Towards Non-Being. The Logic and Metaphysics of Intentionality*. Oxford: Oxford University Press.
- Quine, W. V. O. 1969. Existence and Quantification. In *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press.
- Quine, W. V. O. 1980. On What There Is. In *From a Logical Point of View. Nine Logico-Philosophical Essays*. 2nd edition. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press.
- Ramsey, F. P. 1925. Universals. *Mind* Vol. 34, No. 136: 401-417.
- Routley, R. 1980. *Exploring Meinong's Jungle and Beyond: An Investigation of Noneism and the Theory of Items*. Australian National University.
- Russell, B. 1903. *Principles of Mathematics*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Russell, B. 1905. On Denoting. *Mind* 14: 479-93.
- Russell, B. 1988. The Philosophy of Logical Atomism. In *The Collected Papers of Bertrand Russell, Volume 8: The Philosophy of Logical Atomism and Other Essays, 1914-19*. Ed. John Slater. London: Routledge.
- Salmon, N. 1987. Existence. In James Tomberlin (ed.). *Philosophical Perspectives 1: Metaphysics*. Atascadero, Cal.: Ridgeview. Reprinted in *Metaphysics, Mathematics and Meaning: Philosophical Papers, Volume I*. Oxford: Clarendon.
- Van Inwagen, P. 1977. *Creatures of Fiction*. *American Philosophical Quarterly* 14/4: 299-308.
- Van Inwagen, P. 1998. Meta-ontology. *Erkenntnis* 48: 233-250. Reprinted in P. van Inwagen 2001. *Ontology, Identity, and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Inwagen, P. 2008. McGinn on Existence. *Philosophical Quarterly*, Volume 58 – Issue 230: 36-58.
- Williamson, T. 2013. *Modal Logic as Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.

Anexo - Os actores principais

O Meinongianismo de Meinong

Os objectos (o que é quantificável ou referível) dividem-se em 2 tipos: aqueles que são; aqueles que não são. Os que são dividem-se por sua vez em 2 tipos: aqueles que existem, *grosso modo* objectos concretos como cães e mesas; aqueles que não existem mas subsistem, *grosso modo* objectos abstractos como números. Os objectos que não são incluem quimeras (centauros) e objectos impossíveis (quadrados redondos). Alguns objectos não são e alguns objectos são mas não existem.

Teses subscritas: 1A, 5.

x é um objecto sss x é: Falso

x é sss x existe: Falso

O Meinongianismo de Russell

Os objectos dividem-se em 2 tipos: os que existem, *grosso modo* os que estão no tempo; e os que não existem mas subsistem, os objectos abstractos. Qualquer objecto é, tem ser, mas *há* objectos que não existem.

Teses subscritas: 1A, 5, 6.

x é um objecto sss x é: Verdadeiro

x é sss x existe: Falso

O Meinongianismo Nadista

Os objectos dividem-se em 2 tipos: os que são ou existem; e os que não são, que incluem quer objectos abstractos quer quimeras e objectos impossíveis. Alguns objectos não são, não têm ser, não existem.

Teses subscritas: 1A, 5, 7.

x é um objecto sss x é: Falso

x é sss x existe: Verdadeiro

A Posição Frege-Russell

Todo o objecto existe.

Teses subscritas: 2, 3, 4, 6, 7.

x é um objecto sss x é: Verdadeiro

x é sss x existe: Verdadeiro

A Posição Presente

Todo o objecto existe.

Teses subscritas: 1B, 5, 6, 7, 8

x é um objecto sss x é: Verdadeiro

x é sss x existe: Verdadeiro

